

**A ESCOLA NÃO É UMA EMPRESA: NEOLIBERALISMO EM ATAQUE AO ENSINO  
PÚBLICO [CHRISTIAN LAVAL]**

DOI: <http://dx.doi.org/10.9771/gmed.v13i1.43607>

Paulo Henrique Pereira Mota<sup>1</sup>

Buscamos apresentar apenas os principais pontos do livro para compreender melhor a realidade da educação brasileira. A partir de documentos oficiais da França e de órgãos mundiais, Christian Laval aprofunda de forma sistemática todos esses pontos e mostra um trabalho crítico sobre os desafios da educação de qualidade submetida a esse modelo escolar neoliberal.

O objetivo do autor no livro é mostrar de forma sistemática o modelo escolar neoliberal que se impôs desde os anos 1980 na França, ou seja, a instituição escolar à serviço das empresas e do mercado. A realização dessa última mutação da escola exigiu reconfigurar toda constelação de concepções que a circundava: transformação da instituição escolar em modelos de organização da escola; ideologia republicana escolar em ideologia empresarial; emancipação intelectual do aluno reduzida a capital humano; reprodução de segregações geográficas e sociológicas; normatização de propagandas de empresas privadas no interior das instituições escolares; processos de neotaylorização no regime de trabalho dos professores; descentralização do poder público; a direção escolar passou a ser vista como gestão. Para tanto, o livro possui 12 capítulos cuja estrutura se divide em três partes: (1) “a produção de “capital humano” a serviço da empresa”, na qual o autor trata da nova concepção de educação; (2) “a escola sob o dogma do mercado”, onde o autor mostra a nova visão institucional da escola segundo a sociedade; (3) e “poder e gestão na escola”, em que é deslumbrada a nova forma de organização interna da escola e sua relação com o Estado.

Sobre o novo objetivo do sistema de ensino escolar, o aluno não precisa mais aprender conteúdos, mas somente aprender a aprender, pois a escola é vista apenas como mais um dentre outros lugares de aprendizagem e formação da vida do indivíduo. Na etapa escolar da vida, o sujeito deve adquirir competências e habilidades para serem empregados no momento do trabalho nas empresas, a qual dará continuidade à “formação inicial” (da escola). O imperativo do aprender durante a vida se torna evidente, pois a escola é somente um momento de formação.

A partir disso, a escola passou a ter como referência a formação do “trabalhador flexível” (p. 40), isto é, um sujeito capaz de autodisciplina e autoaprendizagem para acompanhar melhor o trabalho que sua função lhe exige dentro da organização do sistema de produção. O sujeito deve demonstrar liberdade, iniciativa e autonomia. Os trabalhos não devem ser apenas qualificados, mas também maleáveis e capazes de aprendizagem para enfrentar o cenário de incerteza da vida profissional estruturada no desemprego geral.

Daí a emergência do casamento entre escola e empresa: foi “resultado” do desemprego massivo dos jovens dos anos 1980. Tratava-se de obter escolarização para adentrar num competitivo mercado de

trabalho. (p. 89) A OCDE afirma em seus relatórios que o ensino somente sob influência do Estado não é salutar para preparação dos jovens para a vida. Segundo Laval, tais relatórios pressupõem simplesmente que: “se não é mais possível conceber uma escola como uma ilha isolada da sociedade e da economia, devemos aceitar que as empresas contribuam para a definição do contexto e dos métodos de ensino” (p. 91).

Essa escolarização para a empresa significa a aquisição de competências gerais para o indivíduo. Entre elas: “criatividade, iniciativa, aptidão para a resolução de problemas, flexibilidade, capacidade de adaptação, exercício de responsabilidade, aptidão a aprender a se reciclar” (p. 81). Não à toa a escola adotara a pedagogia de projetos – cuja noção é a mesma da empresa: o sujeito deverá desenvolver uma série de competências pelo professor-tutor do indivíduo autônomo e autodisciplinado.

Nesse sentido, a figura do ensino à distância mediada pelo uso de tecnologias aparece como a forma mais bem acabada desse modelo: não se trata mais de transmitir conhecimentos e inserir o aluno à cultura letrada, mas da transmissão de “conhecimento úteis” em regime de *home office* para aprender durante toda a vida. Os professores são apenas *coaches*: motivam e orientam projetos com os alunos (p. 144). Os alunos se desenvolvem com autonomia e capacidade para serem flexíveis e criativos.

Com essa mudança de paradigma, o mercado desvaloriza completamente a qualificação da instituição escolar. A qualificação na sociedade salarial tinha seu valor; e ela era fornecida pelas instituições escolares, pelo Estado, portanto. Mas a pedagogia das competências evidencia um novo papel do Estado em mediar as relações de salário: “a competência não é validada por um título que faça valor de maneira segura e estável o valor pessoal; ao contrário, ela justifica uma avaliação permanente no âmbito da relação desigual entre empregador e empregado” (p. 78).

Daí porque o saber hoje deve ser rentável e deve obedecer aos critérios de “eficiência, mobilidade, interesse” (p. 48), para que seja útil ao trabalho. Nesse sentido, o conhecimento é concebido como acúmulo de capital humano, cujo investimento se tornará rentável para os alunos que seguem os estudos. Não à toa que, dirá Laval, a OCDE e o Banco Mundial propõem um financiamento diversificado da educação. Na prática, isso significa que pelo menos uma parte dos gastos (ou do “investimento”) da educação deve vir da família (p. 53). O ideal humanista da escola emancipadora se transmutou em ideal de serviço de educação, onde a empresa-escola oferece o ensino capaz de fazer com que o indivíduo adapta-se ao mundo do mercado e obter “sucesso na vida”.

O culto da eficiência junto com inovação caracteriza a ideologia da modernização da escola hoje. A eficiência de uma escola é mensurada pelas avaliações exteriores a ela, criadas e coordenadas pelo Estado. Quanto maior a nota da escola no resultado da prova, mais eficiente ela será. As escolas devem se inovar constantemente, a fim de atingir os resultados.

O mapeamento das escolas em *rankings* constitui o guia das famílias no momento de escolher a escola, mas com diferenças de classes sociais, pois: “pais e mães das classes médias privilegiam o êxito escolar em suas escolhas, enquanto os de classes populares tendem a escolher um estabelecimento escolar em que os filhos ‘se sintam bem’” (p. 168). Dessa forma, a escolha das escolas reproduz as desigualdades sociais. A

não interferência do Estado sobre as condições sociais da escola produz uma “privatização sociológica” (p. 189), transformando o sistema escolar em um serviço segregacionista.

Na escola moderna, o diretor é um “gestor pedagogo” (p. 273), a fim de selecionar bem a sua clientela. Ele faz a gestão da escola, administra os funcionários, incentiva e penaliza professores, racionaliza recursos, submete-se às exigências da comunidade escolar, isto é, do cliente. A autonomia dos professores, por sua vez, é prejudicada, pois continuamente se espera resultado deles nos exames exteriores à escola. Para tanto, criam-se as bases curriculares, prescrevendo com precisão as tarefas e o comportamento dos professores; determinando noções e conceitos, definindo o tempo de ensino, reduzindo o professor a trabalhador executivo.

Mas devemos concluir com uma crítica ao livro. De fato, apesar de escrito há quase 20 anos, a obra continua atual para a compreensão dos processos de privatização da escola pública no Brasil. Porém, a obra não satisfaz nenhuma exigência de caminhos práticos alternativos para a modificação dessa realidade. O professor leitor de *A escola não é uma empresa* ganha amplo entendimento crítico do contexto da sua vida escolar, mas não aprende a pensar em possibilidades para transformá-la. Ora, qual é a utilidade prática em compreender esses processos de privatização levados a cabo por um modelo neoliberal de Estado? Tanto os professores quanto a sociedade percebem e sentem os males sociais causados pelo neoliberalismo; mas a mera crítica desse sistema econômico-político não organiza os agentes sociais a superar tal regime. Transformar a realidade social exige conhecimento das múltiplas maneiras de modificá-la. Conhecendo as diferentes ações e práticas levam os indivíduos a realizá-las conforme suas expectativas pessoais. Assim, a totalidade conjunta dessas múltiplas e heterogêneas práticas de cada agente social provocará a transformação necessária para superar o neoliberalismo tanto na educação quanto na sociedade.

### **Referência**

LAVAL, Christian. **A escola não é uma empresa**: neoliberalismo em ataque ao ensino público. São Paulo: Boitempo, 2019, 326 p.

---

### **Notas**

<sup>1</sup> Graduado em Filosofia pelo Departamento de Filosofia da Universidade de São Paulo. Graduando em pedagogia pela Universidade de São Paulo. Currículo Lattes CV: <http://lattes.cnpq.br/9811483121678494> ORCID ID: <https://orcid.org/0000-0002-7897-0280> E-mail: [phpmota@gmail.com](mailto:phpmota@gmail.com)

Recebido em: 26 de fevereiro de 2021.

Aprovado em: 22 de abril de 2021.